

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2365/2020



BAHIA



VI E em Ação

Base abrangente: Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Rio Bonito e Maricá Sede: Rua Gustavo Lira, 15 Fundos - Centro - Niterói - RJ Sub-sede: Rua Dr. Nilo Peçanha , 100 - 8º andar Sala 801 - Centro de São Gonçalo

www.svnit.org / sindicatosvnit@gmail.com

Julho/2020

(21)3607-3070

FILIADO À CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS

MPANHA SA IGII.AN

ACEITAMOS A PROPOSTA PATRONAL 834468846

CHEGOU A HORA DE DECIDIR: VOTAÇÃO DIRETA DA CATEGORIA

cta - dias 09 e 10 das 08h às 20h sabado e domingo - dias 11 e 12 das 08h às 13h

A Federação e os Sindicatos dos Vigilantes no Estado do Rio de Janeiro informam que a mediação realizada pelo Tribunal Regional do Trabalho no dia 29 de junho, segun-da-feira, transmitida ao vivo pelos perfis de facebook, não resultou em uma proposta aceitável para atender as demandas e reivindicações da nossa categoria.

Os diversos dirigentes sindicais tentaram até o último instante arrancar uma proposta dos patrões que garantisse as convenções coletivas e também os reajustes no piso sala-rial e no tíquete refeição, mas os patrões mantiveram sua intransigência em não reconhecer os direitos da categoria.

As propostas apresentadas pelo SINDESP, Sindicato Patronal, **QUE SERÃO VOTADAS:**

- garantir as cláusulas sociais da CCT e excluir as cláusulas econômicas até o fim do estado de calamidade pública em Dezembro/2020:
- congelamento do piso salarial e do tíquete refeição:
- acabar com a Assistência Médica e os Auxílios Assistenciais e carregar uma cesta básica de RS 35,00 por mês no vale alimentação

OU GREVE GERAL

A Federação e todos os Sindicatos dos Vigilantes do Rio de Janeiro convocam a categoria para decidir por votação entre as propostas apresentadas pelo Sindicato Patronal ou pela decretação de Greve Geral por tempo indeterminado a partir do dia 16 de julho. A votação ocorrerá nos días 09, 10, 11 e 12 de julho de 2020, das 08h às 20h (quinta e sexta-feira) e das 08h às 13h (sábado e domingo) nos seguintes locais:

ANGRA DOS REIS

Sede do Sindicato: Rua 1º de maio, nº 39, Bairro Japuiba

BELFORD ROXO E QUEIMADOS

Sede do Sindicato: Rua João Fernandes Neto, 1.166, sala 101- Centro CAMPOS DOS GOYTACAZES

Sede do Sindicato: Av. Senador Tarcisio Miranda, 234

DUQUE DE CAXIAS

Sede do Sindicato: Rua Francisco Sabino 151, Bairro Parque Fluminense MACAÉ

Sede do Sindicato: Rua Quartzo, 166, Bairro Sol e Mar

MESQUITA

le do Sindicato: Rua Raul. 70, sala 06. Praca da Telemar, Centro NITERÓI

Sede do Sindicato: Rua Dr. Gustavo Lira, 15, fundos, Fátima Subsede: rua Dr. Nilo Pecanha, 100, sala 801, Centro, São Gonçalo

NOVA FRIBURGO

NOVA IGUAÇU

Sede do Sindicato: Rua Dom Walmor, 434 - sala 102 - Centro

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Sede do Sindicato: Rua André Cavalcanti nº 126, Bairro de Fátima

Subsede: Rua Albertina 70, Campo Grande

PETRÓPOLIS

Sede do Sindicato: Rua Paulo Barbosa, 233, sala 02, Centro Subsede: Praça da Autonomia, nº 40 - sala 501 - Edificio Sta. Etienne - Centro - Três Rios.

SÃO JOÃO DE MERITI

Sede do Sindicato: Rua da Matriz, 860 - Vila Rosali

SINDVALORES-RJ - BELFORT ROXO

Sede do Sindicato: Rua: João Fernandes Neto, 1.004 ,Casa 2, Centro

VOLTA REDONDA Sede do Sindicato: Avenida Sete de Setembro nº 632, Aterrado

a Nilo Peçanha, 184, sala 102, Centro

NOTA DOS PATRÕES ATACA A JUSTIÇA E ADOÇICA PELEGO E INOCENTE.



O Sindicato patronal publicou desde a última sexta-feira (03/7) uma nota nas redes sociais atacando a decisão da Justiça do Trabalho no julgamento da greve e do nosso aumento e repetindo um monte de mentiras, já desmontadas pela Justiça, além de, mais uma vez, tentar chantagear a categoria dizendo que não vai pagar nosso aumento e que vai recorre

até a "são gilmar mendes" (tudo minúsculo, mesmo) no STF.

Em resumo, nada mais que isto.

- Não justificam sua miserabilidade e por que 2 anos sem aumento;
- Não explicam as tentativas de chantagem (só tem reajuste se os trabalhadores aceitarem perder conquistas, uniforme gratuito, redução do valor do adicional noturno, entre outros);
- Não explicam porque tanta insensibilidade diante de uma pandemia, quando eles estão ganhando muito as custas da vida dos vigilantes (muitas mortes e infectados por covid);

A nota só causa revolta e indignação aos verdadeiros vigilantes de luta, que tem vergonha na cara. Talvez adoce e sirva de argumento para pelegos, fura greve e "inocentes" que continuam "com pena" de patrão picareta e caloteiro.

PAGUEM O NOSSO AUMENTO, E JÁ!

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

COVID E GUARDESECURE IRRESPONSAVEL MATA

Na semana passada a Covid 19 e a irresponsabilidade da empresa Guardesecure tirou do nosso meio a Vigilante MARIA CELIA BATISTA DOS REIS que atuava na Transpetro/Madre de Deus. Celia tinha 61 anos, era esportista (praticava halterofilismo), deixou filhos e amigos.

Celia chegou a ser afastada do ambiente de trabalho por ser do grupo de risco devido a idade (61 anos), mas, além de ter o salário reduzido, teve seu plano de saúde suspenso pela empresa, sendo restabelecido somente após muitas reclamações dos filhos junto a empresa.

Célia é mais uma das quase 70.000 vítimas do

Coronavirus e do descaso e descompromisso de empresas e contratantes que só pensam no lucro.

Mesmo com a confirmação de testagem positiva de vigilantes e suspeitas de outros a empresa continua negando-se a realizar testagem geral dos vigilantes e transportando-os amontoados em vans, com a contratante Transpetro conivente e omissa.

Nossa tristeza pela perda da colega Célia e nosso repudio as atitudes criminosas da Guardesecure e Transpetro.

(com contribuições do Boletim do Sindipetro/ Bahia)

Fonte: SINDVIGILANTES/BA

Sindivigilante notifica empresa de vigilância por descumprimento de acordo coletivo de trabalho, e perseguição aos trabalhadores

A empresa Scolt vigilância foi notificada por descumprimento de acordo coletivo de trabalho, e perseguição aos trabalhadores. Recebemos informações que a empresa acima citada, estaria descumprindo o acordo coletivo de trabalho, e que os trabalhadores estariam sofrendo pressão psicológica.

Os trabalhadores estariam trabalhando forçadamente nos seus dias de folga, e quando iriam receber os seus devidos pagamentos, o valor não era o acordado em convenção

coletiva. Aquele trabalhador que se "arriscasse" a questionar a empresa, era punido com advertência e até demissão. Em razão desta situação, a empresa está sendo notificada pelo Sindivigilante Sergipe.

"Não iremos permitir que nenhum trabalhador sofra perseguição ou pressão psicológica por empresa nenhuma". Palavras do nosso Presidente o Senhor Reginaldo Gonçalves.

FONTE: Sindivigilante-SE

Senado analisa indenização a profissionais de saúde. Seguranças poderão ser contemplados pelo Projeto



Profissionais de saúde e de outras atividades que trabalham na linha de frente ao combate à covid-19, caso de agentes de saúde, enfermeiros e profissionais de limpeza de hospitais, poderão receber uma indenização de R\$ 50 mil, caso fiquem incapacitados em função do coronavírus. É o que determina uma proposta em análise pelo Senado. O PL 1.826/2020 ainda estende o direito a coveiros e trabalhadores de necrotérios e prevê indenização aos dependentes, no caso de óbito.

A sessão de Plenário do Senado desta terça-feira (7) tem este projeto na pauta e os seguranças que estão trabalhando na linha de frente contra o COVID, estão inseridos, garantindo o pagamento de indenização a profissionais que ficarem incapacitados para o trabalho depois de serem contaminados pelo novo coronavírus. A sessão, às 16h, novamente será remota, com a participação dos senadores via internet.

De autoria dos deputados Reginaldo Lopes (PT-MG) e Fernanda Melchionna (Psol-RS), o texto tem como relator o senador Otto Alencar (PSD-BA). Otto destaca a informação, divulgada pelo Ministério da Saúde, de que 19% dos 432,6 mil profissionais da área testados para o novo coronavírus no país tiveram resultado positivo. No total, 83,1 mil trabalhadores foram diagnosticados com a doença. De acordo com a pasta, foram relatados 169 óbitos de profissionais. Já na segurança privada temos o número de 1379 vigilantes infetados e um

número de mortes que já está em 115 vigilantes.

"Entendemos ser pertinente que o Estado arque com um auxílio financeiro extra para os trabalhadores que ficarem incapacitados em decorrência da atuação na pandemia, bem como que estenda esse auxílio a seus familiares no caso de óbito. Essa compensação é um investimento social de forma a proteger os verdadeiros heróis na luta contra o coronavírus, que colocam suas vidas e a de seus familiares em risco em prol da Nação", argumenta o senador em seu voto.

Fonte: CNTV

Valor de mercado do BRB aumenta 400% e banco passa a valer R\$ 6 bilhões

A maior valorização da história do Banco de Brasília ocorre após parceria entre a instituição financeira e o Flamengo



Nos últimos dias, o valor de mercado do Banco de Brasília aumentou 400% e saltou de R\$ 1,2 bilhão para R\$ 6 bilhões. A valorização do BRB é medida a partir do preço das ações do banco na Bolsa de Valores.

O crescimento mais significativo – de R\$ 2,5 bilhões para a marca atual – foi registrado depois do anúncio da parceria negocial da instituição financeira com o Flamengo para a criação de um novo banco digital.

O projeto entre o BRB e o Flamengo prevê a abertura de conta digital, comercialização de cartões e seguros, além de uma série de benefícios desenhados especialmente para os cerca de 40 milhões de torcedores do time.

O acordo, segundo dirigentes do BRB, vai permitir ao banco avançar no segmento digital e está alinhado ao planejamento estratégico de expansão da marca. Faz parte da tática da atual gestão diversificar os negócios e posicionar o Banco de de Brasília tanto no cenário nacional quanto no ambiente digital.

"A escolha do parceiro foi estratégica e permitirá ao BRB diversificar seus negócios, aumentar a sua base de clientes e valorizar ainda mais os seus ativos. O crescimento do valor de mercado do Banco nas últimas semanas reforça a expectativa de crescimento e de avanço do BRB no mundo digital", destaca o presidente do BRB, Paulo Henrique Costa.

Modelo

O modelo de negócio firmado com o Flamengo não é semelhante a nenhum outro existente no mercado. O contrato entre o banco e o clube carioca tem três anos de duração, renováveis por mais dois. Permite, ainda, a criação de uma nova empresa no futuro.

Com a parceria, o BRB vai oferecer atendimento bancário em plataforma digital com produtos de identidade personalizada, programa de relacionamento e de experiências exclusivas, além de atendimento nos canais físicos. Por isso, a parceria também prevê a instalação de uma unidade do BRB nas dependências do clube para atendimento a atletas, torcedores e empregados do Flamengo.

O banco terá também direito exclusivo de pagamento da folha salarial do clube e preferência na contratação, por parte do Flamengo, de produtos e serviços bancários como empréstimos, cartões e seguros. Em contrapartida, o clube terá participação nos resultados alcançados com a comercialização de produtos e serviços, o que vai gerar aumento de receita à instituição.

O contrato estabelece um valor mínimo garantido por ano de R\$ 32 milhões ao Flamengo pelo direito de exclusividade de exploração dos negócios previstos na parceria envolvendo torcedores, imagem e negócios corporativos com o clube.

Fonte: Metrópoles

Bolsonaro sanciona MP que permite acordos de redução de jornada e salário

Anúncio foi feito em rede social. Medida está em vigor há mais de três meses



MP 936 é mais uma na lista flexibilizadora do ministro da Economia, Paulo Guedes

Quase em cima do prazo, como tem se mostrado habitual, Jair Bolsonaro sancionou nesta segunda-feira (6) a Medida Provisória 936, que permite acordos individuais de jornada e salário. O projeto de lei de conversão da MP foi aprovado pelo Senado em 19 de junho, depois de passar pela Câmara.

O anúncio, sem muitos detalhes, foi feito

pelo presidente em rede social. Por isso, ainda não se sabe se houve algum veto ao texto, que criou, desde 1º de abril, o chamado Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. São medidas válidas durante o período de calamidade decretado por causa da pandemia.

Segundo o Ministério da Economia, até meados do mês passado, o programa havia preservado mais de 10 milhões de postos de trabalho, com acordos de suspensão de contrato e redução salarial e de jornada. A MP prevê reduções de 25%, 50% ou 70%, por até 90 dias.

Entre outras medidas de flexibilização das leis trabalhistas, o Senado ainda está com a MP 927, que mexe com direitos como férias e banco de horas. Com forte rejeição da oposição, o texto ainda não tem data para entrar na pauta.

Fonte: RBA

Bradesco deve anunciar compra de parte do C6 Bank nos próximos dias

Visando expandir sua área de atuação e proporcionar novas dinâmicas para seus clientes, o Bradesco estará injetando R\$ 2 bilhões nas ações do C6 Bank. A fintech é referência nacional em tecnologias bancárias e está em processo de venda. De acordo com o jornal O Globo, a negociação está sendo realizada ao longo das últimas semanas e deverá ser finalizada em breve



A Fundado por Marcelo Kalim, o C6 Bank atua com serviços bancários exclusivamente por aplicativo. Na plataforma, os clientes conseguem fazer transferências, compras na função de crédito ou débito, livres das burocracias das grandes instituições financeiras.

Por meio dela, o usuário não precisa pagar taxas de serviços ou juros e consegue realizar investimentos compatíveis com as ações do mercado.

A decisão do Bradesco de comprar parte das ações do C6 Bank tem como finalidade amplificar seus serviços digitais. Apesar de ser uma marca tradicional, sua administração afirma estar conectada com as mudanças mercadológicas, visando renovar cada vez mais seus produtos.

Desse modo, com a parceria fechada, ambas as marcas passarão a fornecer plataformas e serviços que unam o melhor dois mundos: rapidez, eficácia, praticidade, segurança e credibilidade. Até o momento, o Bradesco ainda não informou os planos para seus futuros negócios, mas antecipou que revolucionará o mercado.

Sobre o C6 Bank

A fintech foi criada em 2019 e atualmente contem cerca de 2 milhões de contas abertas. Seu investimento inicial foi de R\$ 700 milhões, sendo esse repassados entre 1,4 milhões de clientes físicos.

Mediante a pandemia do novo coronavírus, conseguiu registrar um crescimento de 100%, segundo dados do "Brazil Digital Report 2020". Isso acontece porque, por funcionar de forma inteiramente digital, livrou os usuários de se descolarem até instituições bancárias.

Seu último lançamento foi o programa de acúmulo de pontos, permitindo com que os usuários de cartão de crédito se isentassem de suas anuidades mediante o quantitativo registrado mensalmente.

O programa determina que: clientes com despesas mensais entre R\$ 4 mil e R\$ 8 mil na função crédito tem direito a 50% de desconto na parcela da anuidade. Quem gasta mais de R\$ 8 mil por mês terá direito à isenção dessa taxa. Sua aplicação começará a ser feita a partir de setembro.

Fonte: Terra

Trabalhadores só aceitarão reforma sindical que fortaleça suas entidades de luta

Em debate promovido pela CUT-SP, sindicalistas apontaram desafios para aperfeiçoar instrumentos de atuação da classe trabalhadora; PEC sobre o assunto está no Congresso



Com desemprego atingindo 12,9% da população, segundo o IBGE desta semana, e a taxa de informalidade alcançando 44 milhões de brasileiros, de acordo com o Dieese, o movimento sindical no país se vê diante de um de seus maiores desafios: fortalecer seus instrumentos de luta garantindo a participação dessa parcela da população luta por direitos.

Mas nesse caminho, o governo federal tenta a todo custo criminalizar e enfraquecer a atuação dos sindicatos, vistos como inimigos e um dos responsáveis por impedir a aplicação de uma agenda de retrocessos.

Essas discussões fizeram parte do Debate Reforma Sindical, realizado na última quintafeira, 2, pela Secretaria de Assuntos Jurídicos da CUT-SP, reunindo cerca de 200 participantes em encontro virtual.

No foco do debate estava a Proposta de

Emenda à Constituição (PEC) nº 196/2019, que trata de mudanças na estrutura Sindical, e chegou a ser aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, em dezembro do ano passado, mas segue sem previsão de andamento por conta da pandemia do novo coronavírus. Para garantir que a proposta também atenda às necessidades dos trabalhadores, as centrais sindicais passaram a encampar o debate sobre a reforma, pautando o aperfeiçoamento dos mecanismos de defesa e promoção dos direitos sindicais e da sociedade.

Para os participantes do debate, mesmo que neste momento o Congresso esteja analisando somente questões relacionadas ao combate da pandemia do novo coronavírus, os sindicalistas devem seguir discutindo os modelos de reforma do movimento, pois a conjuntura política no Brasil apresenta um cenário de instabilidade.

"Não podemos achar que esse debate ficará para depois, pois Bolsonaro tem aprofundado o ataque de direitos com um monte de MP (Medida Provisória), com algumas, inclusive, sendo aprovadas no Congresso. E ele faz isso mesmo depois de já ter aprovado a reforma trabalhista, que permitiu a precarização dos direitos. Ou seja, precisamos seguir nos articulando para se antecipar a uma proposta que atenda e respeito os trabalhadores", afirmou o secretário de Assuntos Jurídicos da CUT Brasil, Valeir Ertle.

Segundo o sindicalista, a ala conservadora do Congresso, alinhada ao governo, deseja pulverizar as entidades de luta trabalhistas. "Já acabaram com o Ministério do Trabalho e já há a tentativa de desmonte da Justiça do Trabalho. E é o sonho deles trazer os modelos sindicais chilenos e norte-americanos para o Brasil, onde os sindicatos não têm força. Eles querem fragmentar e pulverizar as entidades, criando sindicatos por empresas. E o trabalhador precisa estar ciente que a atuação solitária não traz resultados", alertou.

E essa força de unidade foi demonstrada semana pelos trabalhadores aplicativo que fizeram uma grande greve nacional, mobilizando o debate público em torno de direitos. A greve dessa nova categoria de trabalhadores mostrou, inclusive, que mesmo na informalidade, existe a disposição de união. "Estamos diante de muitos ataques e tentativas de criminalizar a nossa atuação. Mas, mesmo assim, a classe trabalhadora tem visto o quanto é importante estar unida para cobrar direitos. Nesta semana, vimos a greve dos entregadores, que foi um sucesso. Ela não teria essa força se não fosse a união deles. Sozinhos, não se consegue nada", disse Vivia Martins, secretária de Assuntos Jurídicos da CUT-SP, que mediou a atividade, ao lado do advogado especialista em direito sindical. Vinícius Cascone.

O deputado federal Carlos Veras (PT-PE) participou do encontro e tem acompanhado os Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV Presidente da CNTV: José Boaventura Santos Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos Colaboração: Jacqueline Barbosa Diagramação: Aníbal Bispo desdobramentos da PEC 196, que tem o apoio da CUT ede outras centrais. Ele, que é ex-presidente da CUT-PE, ressalta que nem mesmo entre os empresários existe apoio de enfraquecer o movimento sindical, pois entendem ser mais fácil dialogar com representações dos trabalhadores do que de maneira individual. Como exemplo, foi lembrada a greve dos caminhoneiros que não tinha liderança que assumisse a negociação da pauta reivindicativa.

"Bolsonaro, assim que assumiu, disse que ia acabar com o movimento sindical, e sabia que isso significava dizer que ia acabar com os trabalhadores. Mas viu que não tem sido tão fácil e que não será possível, apesar de ter passado uma reforma trabalhista e seguir num processo de MP's de ataques aos direitos", disse o deputado.

Veras disse ainda que, por conta da atual composição do Congresso Nacional – de maioria conservadora-, não será possível passar a reforma ideal. "Mas nos antecipamos e iniciamos diálogos para construir uma proposta de acordo com o momento, que garanta a liberdade e a autonomia sindical nas negociações e formas de sustentação das entidades".

Presidente da CUT-SP, Douglas Izzo seguiu nessa linha: "Temos um Congresso com maioria tendo um pensamento antagônico àquilo que defendemos: que é a manutenção e a ampliação de direitos. Hoje, todo o debate lá é feito de forma a atender a agenda política e econômica de Bolsonaro. Uma agenda que acha que é reduzindo direitos que garantirá a criação de empregos. E isso é mentira! Os governos Lula e Dilma mostraram que é possível ter direitos e desemprego em baixa. Vamos acompanhar e garantir a construção da melhor proposta", finalizou.

Fonte: CUT

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF